

DA ESCOLHA DO SÍTIO A URBE: UMA ANÁLISE SOBRE AS ALTERAÇÕES NA PAISAGEM DA CIDADE DE SALVADOR DOS SÉCULOS XVI E XVII A PARTIR DO SEU TRAÇADO URBANO

Chrislayne Fernandes Santos¹

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia UFPB

Bolsista CAPES

chrisfernandes.s@gmail.com

Palavras Introdutórias: Breve leitura da paisagem urbana no Brasil a partir da Geografia Histórica

No decorrer do processo de ocupação do território brasileiro a paisagem urbana, em princípio com os primeiros aglomerados urbanos e a *posteriori* com o desenvolvimento de suas cidades, sempre esteve em voga e em consonância ao movimento de apropriação e consolidação do poderio da Coroa Portuguesa e da Igreja sobre a conformação do espaço brasileiro.

Como nos é salientado por Reis Filho (1968), o pequeno número de estudiosos que se debruçaram a compreender o desenvolvimento urbano do Brasil nos primeiros séculos estiveram centrados na constituição desses núcleos como ‘obra do acaso’. Todavia, o referido autor propõe uma leitura diferenciada, sobretudo pelo reconhecimento da repetição que ocorre em nossas vilas e cidades brasileiras ao que tange a regularidade com que certos elementos eram percebidos em suas paisagens urbanas. Passou-se assim, a se questionar no mínimo o fenômeno aleatório partindo-se de uma perspectiva de formas de condicionamento do traçado, seja por uma tradição presente na memória dos indivíduos, através de um plano imposto à comunidade, ou pela unidade dessas formas de condicionamento. O que nos possibilita agregarmos ao estudo a necessidade de compreendermos até que ponto o plano está relacionado com as condições da realidade.

A literatura que versa sobre o urbano no Brasil nos remete a diferenciados modos de compreendermos este processo, principalmente nas duas concepções ibéricas responsáveis pelo surgimento e formação dos primeiros núcleos de povoamento na colônia. Na configuração sócio-espacial que esta paisagem vem sendo apresentada por

¹ Mestranda sob a orientação da Profª. Drª. Doralice Sátyro Maia (PPGG/UFPB).

esses estudos nos coloca frente a um processo tido, em muito, como espontâneo, sem um controle estratégico prévio da Coroa Portuguesa e da Igreja, ou até mesmo, através da ausência da Coroa Portuguesa em parte dessa trajetória.

Em seu seminal livro “Raízes do Brasil”, o historiador Sérgio Buarque de Hollanda (1994), corrobora com o pensamento de uma urbe brasileira fundada na espontaneidade, garantindo que ela se apresentou como parte de um quadro natural, produto de uma cultura não consciente da própria manifestação de vontade e espírito, em que a irregularidade de seus traçados seria obra da conservação de traços culturais do período do medievo no modo de as cidades eram concebidas nos territórios colonizados, distanciando-se assim da cidade regular e racional e, que só seria paulatinamente substituída pela cultura iluminista no século XVIII. Isto é, não se considerava ao pensar a configuração das cidades criadas pelos portugueses no Brasil como um produto da experiência em construção adquirida por eles em terras européias.

Nas palavras do referido autor,

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, *sempre esse significativo abandono que exprime a palavra ‘desleixo’*. (grifo nosso). (HOLLANDA, 1994, p. 76).

Baseando-se em estudos desenvolvidos principalmente a partir da década de 1950, como os de Reis Filho (1968), Marx (1991) e Delson (1997), trazemos uma abordagem de forma diferenciada da de autores que reproduziram em seus escritos a idéia desenvolvida por Hollanda. Assim, tem-se uma outra forma de se pensar o processo de formação e desenvolvimento dos primeiros espaços urbanos e a consequente demarcação de um padrão de posse das terras, somada a configuração dessa paisagem, através do papel exercido sob a égide da Coroa Portuguesa e pela Igreja.

Desse modo, ao legitimarmos este pensamento, defendemos nesse ensaio, que a formação regular ou irregular do traçado dos aglomerados urbanos dependia de quem fundava essas cidades, se a Coroa Portuguesa de forma direta ou se o donatário, e a sobremodo, em contraponto ao que era defendido por alguns estudiosos que consideram o traçado regular dos aglomerados urbanos brasileiros inerentes ao século XVIII.

No estudo ora apresentado defende-se ainda que a forma menos regular, mas buscando uma regularidade desses aglomerados urbanos é mais significativa no período anterior ao final do século XVI e o traçado regular é preponderante a partir desse período com a intensificação do interesse da Coroa Portuguesa a partir de uma política de maior controle sobre a ocupação territorial e das riquezas aqui encontradas.

Dessa forma, os estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil, devem primar por não apenas pelo o entendimento das formas e de suas dinâmicas, mas também de uma análise pretérita da sua formação territorial, pois o processo de urbanização brasileiro apresenta um caráter histórico ligado de forma umbilical à formação do torrão nacional. Sendo capital o entendimento de que as primeiras cidades detinham a importante função de demarcar os limites e, por conseguinte garantir o domínio sobre as terras conquistadas.

O caso da cidade de Salvador da Baía nos séculos XVI e XVII: o binômio Coroa Portuguesa-Igreja e as formas de se pensar e constituir os primeiros aglomerados

No século XVI, a Coroa Portuguesa vai por em prática uma política mais agressiva de ocupação, demarcação e urbanização do território na colônia brasileira. De acordo com Reis Filho (1968), ao centrar os aglomerados urbanos como ponto de ocupação para consolidar o domínio do território se deu desvinculado do intuito de fazer surgir uma economia urbana, mas sim como uma forma de colonizar e dominar o território conquistado, haja vista o acordo existente entre os países, no qual o dono da terra colonizada era reconhecido a partir da efetiva ocupação, conquista e controle do território.

Portanto, essa política urbana portuguesa no Brasil pregava a fundação de núcleos urbanos objetivando o domínio territorial e escoamento da produção. Destarte a oficialização dos núcleos urbanos se dava com a edificação e sacralização de uma capela. Desse modo, fica evidente a união entre Estado e Igreja, em que esta última desempenhou um papel fundamental na fundação, na ordenação do espaço interno da cidade (Imagem 01) e como eixo de expansão urbana indicando o sentido da expansão da cidade.

Ainda sobre essa relação da união entre o Estado e as Ordens Religiosas, no crescimento e desenvolvimento das cidades, Reis Filho (1968) aponta que a partir do

século XVII, a coroa portuguesa passa a desenvolver na colônia uma política de povoamento e, por conseguinte de urbanização através de incentivos que buscavam de forma direta e indireta o surgimento e formação de novas vilas. Porém, a organização espacial ficava a cargo e critério dos donatários, os quais deveriam seguir a orientação do postulado proposto pelas ordenações religiosas, nesse caso a Ordem de Cristo.

Dessa forma, a Igreja vai desempenhar um importante de papel controle político e social, além de sua função normativa e institucional no desenvolvimento do espaço urbano. Como exemplo desse processo, utilizaremos a cidade de Salvador fundada em 1549, que seria a sede do governo do Brasil até 1763.

Os portugueses aproveitavam a topografia das cidades para assegurar a posse do território. Não fugindo a essa formação das cidades litorâneas, devido a isso, uma característica dessas primeiras cidades brasileiras era a morfologia marcada por uma parte alta e outra baixa, porque a escolha do sítio urbano era fundamental para a proteção do território.

A grosso modo, já no século XVI diversas cidades brasileiras já dispunham estruturas urbanas consolidadas e regulares. Salvador é um exemplo típico desse tipo de concepção. Iniciada em 1549 sobre uma ampla colina sobranceira a baía de Todos os Santos, foi uma cidade concebida a partir de um traçado que procurava ao mesmo tempo se adaptar as feições topográficas do terreno escolhido para a sua construção e a um perímetro exterior de forma trapezoidal irregular, por outro lado era constituído no seu interior por um conjunto de quarteirões ortogonais. (TEIXEIRA & VALLA, 1999).

Como forma de comprovarmos a atuação da Coroa Portuguesa e das ordens religiosas, enquanto norteadores da configuração da estrutura espacial e paisagística das cidades, através de normativas gerais, apresentamos um fragmento do regimento real de D. João III, datado de 1548, o qual está enunciado as condições que deveriam ser obedecidas para a fundação das cidades, em específico Salvador da Baía,

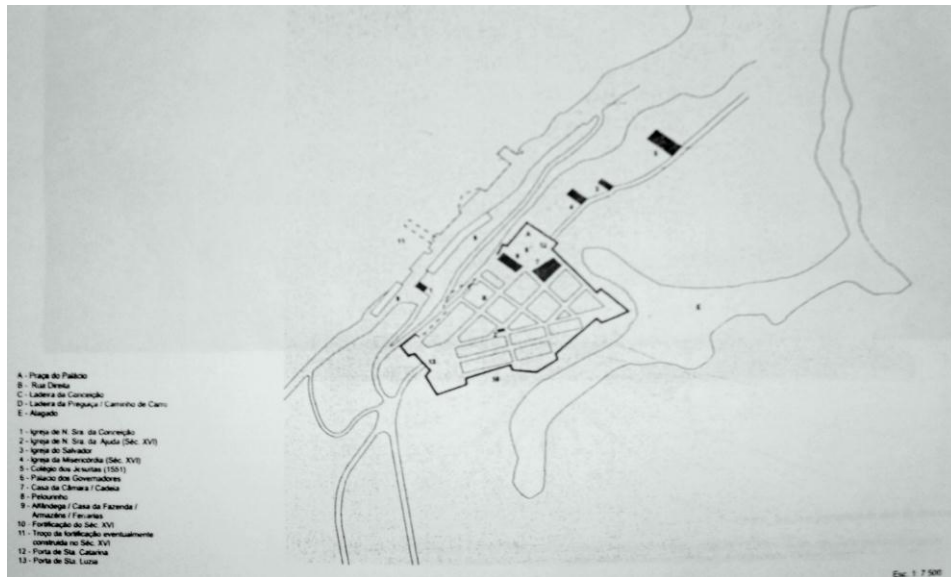
deve ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de auguas e porto em que bem posão amarar os navios e vararem se quando cumprir porque todas estas calidades ou as mais delas que poderem ser compre que tenha a dita fortaleza e povoação por asy ter asentado que dela se favoreção e provejão todallas terras do Brasil e no sitio que vos melhor parecer ordanareis que se faça hua ffortaleza de grandura e feição que a requerer o lugar em que a ffizerdes, conformando vos com as traças e amostras que levais praticando com

os oficiais que pêra isso La mando e com quaesquer outras pessoas que o bem entendão e pêra esta obra vão em vosa companhia allguns oficiais asy pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de fazer cal telha tijolo. (TEIXEIRA & VALLA, p.224).

A Coroa Portuguesa enviou para o Brasil um conjunto de funcionários administrativos, soldados e especialistas fundamentais à fundação e funcionamento da nova cidade, bem como colonos para iniciar o processo de povoamento. As cidades em sua gênese buscavam possuir um plano regular e geométrico, obedecendo e adaptando-se as condições topográficas do terreno, o que por vezes fazia negligenciar a preocupação urbanística, tendo como efeito uma expansão de maneira espontânea e não planejada. (AZEVEDO, 1957). Assim, tal como outras cidades, uma vez escolhido o sítio no qual se implantaria a nova cidade, de Salvador da Baía começou a ser fortificada e deu-se início a estruturação do seu traçado, de acordo com as ordenações religiosas trazidas de Portugal pelo padre jesuíta Luís Dias. A escolha do sítio para fundação da cidade e da estrutura básica buscava aproveitar a sua topografia, marcando uma divisão bipartida em sua morfologia configurada em cidade alta e cidade baixa, apresentando uma similaridade com os sítios e estruturas básicas de muitas cidades português a exemplo da cidade do Porto.

Segundo Teixeira (1999), a cidade de Salvador vai se estruturar e se desenvolver a partir do binômio cidade-burgo (imagem 01), sendo que na cidade alta onde se abrigam os poderes civis e eclesiásticos, inferiormente dos mercadores. Esta divisão topográfica era característica marcante em muitas cidades medievais européias. A cidade alta detinha o domínio simbólico materializado a partir dos edifícios que concentravam o poder, sendo ela do soberano ou pelo menos do bispo ou do senhor laico (TEIXEIRA, 1999).

Imagem 01 – Planta da cidade de Salvador da Baía meados do século XVI.



Fonte: Adaptado de Teixeira (1999).

Por vezes, a cidade alta costumava se subdividir-se em duas ou mais áreas de influência política diferentes, talvez até territorialmente não contíguas ou separadas por construção. Embora sem uma expressão política ou jurisdicional tão marcada como a aqui referida, o fato é que cada um dos núcleos religiosos e civis que à partida estruturavam a cidade constituíam núcleos independentes em torno dos quais se fazia a expansão urbana (TEIXEIRA, 1999).

A pesar da importância, e desde início a cidade alta ser o objetivo fundamental do plano inicial abrigando as primeiras funções administrativas da cidade de Salvador, é a cidade baixa que começou a se desenvolver o primeiro. Isto vem a ocorrer não somente pela importância marítima portuária e comercial da área e da infra-estrutura construídas nela. Assim, a cidade baixa se sobressai em seu desenvolvimento inicial tanto pelos equipamentos urbanos definitivos, como pela presença da Igreja, pois na cidade baixa foi erguida a primeira igreja de Salvador da Baía, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, possuindo assim, uma população e construções mais significativas nesse primeiro momento, do que na cidade alta, porém, era na cidade alta que se almejava a construção da fortaleza protetora e do desenvolvimento urbano da cidade de Salvador.

A cidade alta e a cidade baixa eram ligadas e se comunicavam através dos caminhos enladeirados, como podemos verificar na planta inicial da cidade, a

sobremodo, pela ladeira da preguiça e ladeira da Conceição, havendo o desenvolvimento de outros caminhos a posteriori segundo o crescimento da cidade.

As cidades fundadas por iniciativa real, como era o caso de Salvador da Baía, eram concebidas como um todo, segundo uma idéia de regularidade e com um plano na medida do possível geometrizado, de acordo com o moderno pensamento urbanístico renascentista.

Tomando a cidade Salvador como exemplo, a sua fortificação era uma necessidade primaz para a defesa da cidade. Inicialmente essa fortificação era de pau a pique sendo substituída posteriormente por um tipo de material mais resistente. Após a sua fortificação, Luís Dias ordenou a organização do interior da cidade e das suas muralhas para dentro, moldando-a quer ao contorno das fortificações quer às características topográficas do terreno, daí o fato de apresentar uma malha regular, mas não perfeitamente ortogonal.

Dessa forma:

A cidade inicialmente delineada por Luís Dias tinha um perímetro fortificado de forma trapezoidal, sendo constituída no seu interior por dois conjuntos de quarteirões, ambos de forma rectangular mais de diferentes proporções. Um desses conjuntos era constituído por quarteirões que tinha uma estrutura idêntica aos quarteirões de cidades medievais planeadas: forma rectangular alongada, compostos por lotes urbanos dispostos paralelamente uns aos outros e que provavelmente ia de uma a outra rua. (TEIXEIRA, 1999, p.225).

Ainda hoje é visível essa composição de quarteirões. Os quarteirões de outro conjunto tinham uma forma mais quadrada, a cada um deles era circunscrito por lotes urbanos dispostos costas-com-costas e virando-se para ruas opostas ou por lotes urbanos que faziam frente para as quatro faces do quarteirão. As ruas já não se dispunham alternadamente, como ruas de frente e de traseiras, mas segundo hierarquias mais elaboradas e que tinha haver com a sua articulação com outros elementos da malha urbana.

Podemos observar na Imagem 03, a cidade existente era bipartida em: cidade alta, na qual ainda podemos observar os lotes² e as quadras construídos no sentido de se

² Segundo Reis Filho (1995), tanto no Pará como em Salvador encontram-se ainda hoje casas térreas e sobrados dos tempos coloniais, edificados em lotes mais ou menos uniformes, com cerca de 10 metros de frente e de grande profundidade.

atingir certa regularidade; e cidade baixa, onde é perceptível a existência de infraestrutura voltada a atender as características mercantis e portuárias da cidade de Salvador da Baía.

Imagem 02 - Planta da Cidade de Salvador da Baía.



Fonte: Arquivo Digital do Projeto Cidades e Vilas no Brasil Colonial.

Os traçados enladeirados que em princípio permitem a comunicação inicial entre cidade alta e cidade baixa, as ditas ruas caminhos, ladeira da Conceição e Ladeira da Preguiça são identificadas por uma menor regularidade em seu traçado. Pela própria configuração da paisagem, é passível a constatação que num primeiro momento era na cidade baixa que ocorria uma maior concentração populacional e de edifícios, por meio da importância portuária e comercial, e da construção da primeira Igreja da cidade de Salvador da Baía, a Igreja da Conceição. Em um segundo momento, é na cidade alta que passa a existir uma maior densidade em construções e em população. Isto é, ocorre um aumento considerável de edifícios nos períodos posteriores, devido à importância administrativa e eclesiástica da cidade alta que partia de uma escolha do sítio estratégico normatizado pela Coroa Portuguesa, e consequentemente pela expansão urbana da cidade, resultando assim, em suas transformações paisagísticas.

É também possível, identificarmos o limite do casco original da cidade alta estabelecido pela marcação avermelhada que simboliza a fortificação construída por

Luís Dias³, e, para além dela apreendermos o sentido de crescimento urbano da cidade de Salvador em direção as áreas ocupadas pelas Ordens religiosas, a sobremodo em um primeiro momento, a ordem dos jesuítas⁴, e, por conseguinte, a Ordem religiosa do Carmo, dos Franciscanos e dos Beneditinos⁵, sendo apresentado um traçado mais regular do que os observados na formação original.

Na legenda (Imagem 02) visualizamos com certa nitidez as portas da fortaleza da cidade; a de Santa Luzia, à direita e do lado de São Bento e, ao sul, a de "Santa Caterina", do lado do Carmo (MM). Os muros ao redor desse trecho são seguramente apenas um projeto porque há baluartes à frente da Sé (A) e à frente do Colégio dos Jesuítas (E), que de fato não chegaram a ser construídos⁶. Ao norte das terracenas, temos somente a marcação das plantas de seis pavilhões e da igreja da Conceição e, mais adiante, outros três, junto ao mar, que seriam trapiches. Ao sul nos pés da ladeira do Carmo (TT) avista-se a fonte de Água de Meninos, pertencente a ordem dos jesuítas, os quais utilizavam embarcações para o abastecimento. Na legenda está indicada como "Fonte dos Padres".

Pelos fundos da cidade vê-se uma área com hortas e um pequeno córrego ao meio, notando-se que ainda não existia o Dique, construído mais tarde pelos holandeses. Desse lado, percebe-se que foi indicado, em marrom, um forte declive, em direção ao córrego, que estaria no fundo do vale; e fora das portas (Imagens 02), do lado do convento do Carmo (G) e do lado de São Bento (H), algumas poucas edificações, porém, mais deste último lado do que do primeiro.

Inicialmente em Salvador, a ordem dos jesuítas se instalou provisoriamente na Ajuda e no Monte do Calvário (Imagem 02), selecionaram outro local para a construção da igreja e do colégio, porém, essa área ficava fora dos domínios da cidade, fato este que chegou a causar surpresa aos governantes da época, entretanto, com o crescimento rápido da cidade em pouco tempo, haja vista que em menos de cinquenta anos de sua fundação a cidade já havia ultrapassado os muros iniciais, o então terreiro de Jesus ficou rodeado de casas por todos os lados, o que demonstra a importância das ordens religiosas no direcionamento do crescimento e desenvolvimento das cidades no Brasil

³ Mestre das obras da fortaleza e cidade de Salvador da Baía.

⁴ Mais perceptível na Imagem 02, localizando-se ao sul de Salvador da Baía e fora da fortaleza

⁵ Ordens do Carmo – na extremidade sul da cidade e a dos Beneditinos – na extremidade norte da cidade, melhor visualizado nas imagens 03 e 04.

⁶ Material pesquisado no Arquivo Digital do Projeto Cidades e Vilas no Brasil Colonial.

colonial. Merece destaque também o fato de que o novo bairro que estava a surgir nos arredores do convento de Jesus (Imagens 02), apresentava um traçado ortogonal e mais regular do que o presente no casco antigo da cidade. Apresentando quarteirões com áreas iguais e regulares, tendo a frente dos lotes virados para as quatro partes do tecido urbano.

Com o seu crescimento a cidade de Salvador também será dotada de várias praças com diferentes e distintas funções, o que demonstra uma concepção urbanística portuguesa diferenciada da espanhola, com destaque para a que concentrava o poder administrativo, nela se localizavam os principais prédios públicos, como o palácio dos governadores, o erário, a cadeia, a alfândega além dos armazéns constituindo uma forma retangular, geralmente virada para o mar, tendo um pelourinho ao centro.

Buscando obedecer a uma ordem mais abrangente, planeado, que lhe dá unidade e regularidade às cidades, que permitiu uma eficaz construção de raiz e a produção de novas paisagens, como observado em outras cidades brasileiras. Nesse processo, Salvador da Baía teve a escolha do seu sítio efetivada não de forma aleatória, sem uma racionalidade estratégica para sua construção e localização. Desse modo, a peculiaridade de seus aspectos é inserida no pensar e fazer a nova cidade, e é articulado a uma Ordem Distante, isto é, a Coroa Portuguesa, desde sua fundação ao modelo de ordenamento da cidade segundo a estrutura funcional que ela vai exercer e na forma materializada nas relações das forças sociais que dela vão se apropriar.

Em seu conjunto, a cidade de Salvador, utilizada no estudo como objeto exemplificativo, abriga em si paisagens produzidas historicamente em seu processo de sobreposição de tempos e espaços, que abriga estruturas paisagísticas e estratégias de urbanização concernentes tanto a tradição medieval, como de influência renascentistas em um espaço-tempo significativamente reduzido, não obstante promovendo este reflexo em suas paisagens urbanas na medida em que, esboça diferentes concepções de cidade e de modelos do como ‘fazer’ a cidade calcados não em uma aleatoriedade e simplória espontaneidade neste ‘fazer’, mas em normativas de cunho religioso e do poder real metropolitano orquestrando se não todo, porém, ligado de modo mais ou menos agressivo a este processo.

Desta forma, ao analisarmos os documentos e após uma revisão da literatura sobre essa temática, corroboramos com pensamento de Reis Filho (1968), no qual se

comprova a existência de uma legislação portuguesa de construção de vilas e cidades para o Brasil, aplicada com sucesso variável desde a época de fundação de Salvador da Baía, em 1549 até 1720. Ou seja, uma vez escolhido o sítio no qual se implantaria a nova cidade começava-se a fortificá-la e iniciar seu traçado, de acordo com as ordenações reais e religiosas trazidas de Portugal para a colônia.

Considerações Finais

A partir das linhas aqui escritas, compreendemos que a cidade de Salvador é fruto de uma miscelânea de métodos e formas de se conceber a cidade, sofrendo influência direta ao longo da sua formação dos mais variados estilos, que nela impregnaram marcas presentes ainda nos dias atuais.

Essas marcas originadas na Salvador de ontem dividida em cidade alta como o lócus do poder civil, militar e religioso e baixa que abrigava os comerciantes e a zona portuária, essa divisão nada mais é do que um retrato fiel de uma concepção medieval de cidade. Ao mesmo tempo em que ela apresenta esse aspecto medieval, é perceptível em sua malha urbana traços de ‘modernidade’ na parte alta da cidade, com as suas ruas planas, regulares e ortogonais. Nas cercanias do terreiro de Jesus, tendo nesse espaço o elemento basilar da ‘modernidade’ servindo assim de modelo para as concepções futuras para o desenvolvimento da cidade.

Esse pensamento gerou um pragmatismo na busca de soluções para o desenvolvimento dos melhores traçados urbanos implantados pelos portugueses na então colônia. Desse modo, podemos dizer que Salvador é uma cidade síntese, haja vista, ter sofrido desde a sua gênese a influência de várias referências arquitetônicas e urbanísticas, além de ter sido enquanto cidade idealizada e concebida em curto espaço de tempo, desconstruindo desse modo o mito da cidade portuguesa no Brasil ter sido ‘obra do acaso’ e não ter sido minimamente projetada e pensada, seguindo normativas da Coroa e da Igreja de forma mais ou menos incisiva, contudo, apresentando assim, um condicionamento no seu traçado urbano e na formação desses aglomerados e cidades do Brasil.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, A. **Vilas e cidades do Brasil colonial**: ensaio de geografia urbana retrospectiva. USP/FFLCH, Boletim n. 208, Geografia n. 11, 1956.

DELSON, R. M. O mito da cidade brasileira sem planificação. In.____**Novas vilas o Brasil - colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Ed. AlvacIORD, 1997

GODOY, P. R. T. de. BRAY, S. C. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, Lucia Helena. **Ambientes**. Estudos Geográficos. Ed. UNESP: Rio Carlos, 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2003/consideracoes.pdf> Acesso em agosto de 2011.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1994.

MARX, M. **Cidade no Brasil**. Terra de quem? São Paulo: Ed. Nobel: Edusp, 1991.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira/Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

TEIXEIRA, M. O urbanismo português no Brasil nos séculos XVI e XVII. In. TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M (Orgs.). **O Urbanismo Português**. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 215-252.